



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

PROJETO DE CURSO – Oferta 2025

I. IDENTIFICAÇÃO	
1.1 Instituição:	Universidade Federal do Piauí
1.2 CNPJ:	06.517.387/0001-34
1.3 Endereço:	Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, s/n Complemento: SG – 07 – Bairro Ininga Município – UF: Teresina-PI – CEP: 64049-550
1.4 Contatos:	Telefone: (86) 3237-2137 / (86) 99998-2389
1.5 Curso:	ESCOLA DA TERRA
1.6 Nível:	APERFEIÇOAMENTO
1.7 Modalidade:	Presencial: Pedagogia/Regime da Alternância
1.8 Carga Horária:	Total: 180 horas Presencial (Tempo-Universidade): 120 h/a Tempo-Escola/Comunidade: 60 h/a
1.9 Meta Física:	120 vagas para professoras e coordenadoras pedagógicas de turmas multisseriadas.
1.10 Custeio:	R\$ 144.000,00
1.11 Local de Realização:	Território da Planície Litorânea no Piauí
1.12 Municípios de abrangência	Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Parnaíba, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portela.
1.13 Início do curso:	Abril/2025
1.14 Término do curso:	Dezembro /2025
1.15 VIGÊNCIA PROJETO/TED	MARÇO DE 2025 ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2026
1.16 Coordenador do Curso:	Keylla Rejane Almeida Melo - CPF: 623.781.043-91 - Categoria: Professor de Ensino Superior (86) 99998-2389 / E-mail: keyllamelo@ufpi.edu.br
Informações Sobre a Oferta	Nova oferta/2025

II. OBJETO E JUSTIFICATIVA

Trata-se de um TED para prover recursos/custeio para a realização de um curso de formação continuada, em nível de Aperfeiçoamento, presencial, para professores e coordenadores pedagógicos de turmas multisserieadas. Este curso é vinculado à Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), da DIPECEI/SECADI/MEC, em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), no âmbito do Programa Escola da Terra.

A educação escolar é uma prática educativa de caráter intencional e planejado, de ampla complexidade, por abranger uma série de componentes que condicionam sua qualidade. Além da infraestrutura física, disponibilidade de recursos e materiais, condições de trabalho docente, há, ainda, as relações interpessoais que são construídas/vivenciadas no contexto da escola e em seu entorno, a disponibilidade e compromisso dos diversos agentes escolares, dentre outros componentes. No entanto, é inquestionável que a formação continuada de professores constitui-se um dos elementos mais importantes para o êxito da prática educativa na escola, sobretudo porque vivemos um contexto histórico de grandes e rápidas mudanças na teia social.

Nesse sentido, a formação continuada de professores tem sido objeto de atenção dos governos ao longo dos anos, que têm elaborado e implementado políticas públicas de formação no sentido de qualificar a prática docente, em conformidade com o que exige a legislação educacional.

A formação continuada em serviço está amparada pela Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que, em seu Art. 61, Parágrafo único, trata dos profissionais da educação. Nessa mesma Lei, o Art. 67, Inciso II, determina que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: “o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim”.

Para além da multiplicidade de formas de organização da formação continuada, é importante assegurar que a especificidade do contexto de atuação do professor seja valorizada e considerada nos processos formativos, resultando em transformações na prática docente. Nunes (2001, p. 38) enfatiza a importância de se

[...] repensar a concepção da formação dos professores, que até a pouco tempo objetivava a capacitação destes, através da transmissão do conhecimento, a fim de que „aprendessem” a atuar eficazmente na sala de aula, vem sendo substituído pela abordagem de analisar a prática que este professor vem desenvolvendo, enfatizando a temática do saber docente e a busca de uma base de conhecimento para os professores, considerando os saberes da experiência.

A formação continuada precisa considerar que o professor é um profissional, com saberes, experiências, portanto, deve ser ativo no seu processo formativo. Portanto, a formação em serviço deve possibilitar-lhe refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática. Para tanto, precisa levar em conta, dentre outros elementos, o seu contexto de atuação. Esse é um aspecto de grande importância na formulação de políticas de formação específica para professores que atuam em escolas localizadas no meio rural, tendo em vista a necessidade de se considerar uma

abordagem concebida a partir do campo e para o campo, obedecendo o que prescrevem os ordenamentos legais que regulamentam a Educação do Campo, como a LDB n. 9394/96 (LDB); a Resolução CNE/CEB n. 01/2002 e a Resolução CNE/CEB n. 02/2008.

Na LDB, a necessidade de formação continuada dos professores que atuam em escolas do campo está assegurada no seu Art. 28, que estabelece o direito da população do campo a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida. O Art. 12 da Resolução CNE/CEB n. 01/02 recomenda que os sistemas de ensino desenvolvam políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

Em se tratando das escolas multisseriadas, é necessário assegurar formação continuada específica, pois conforme Hage (2003), sem uma compreensão mais abrangente sobre o trabalho com multisséries, esses professores e professoras organizam seu trabalho pedagógico desenvolvendo atividades educativas referenciadas por uma visão de ajuntamento de várias séries, condição que os obriga a elaborar vários planos de ensino e estratégias de avaliação diferenciadas.

Apesar de Ximenes-Rocha e Colares (2013), em seus estudos, afirmarem que não há um marco histórico exato de início das classes multisseriadas no Brasil, considera-se que existam desde o período imperial. Por ser uma realidade histórica presente até os dias atuais, a existência dessas turmas encontra respaldo legal na LDB vigente, em seu Artigo 23, ao definir que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados. Neste último caso, incluem-se as classes multisseriadas, que se fazem presentes em considerável número de escolas. No Piauí, as escolas do campo com turmas multisseriadas é uma realidade em praticamente todos os municípios.

Em 2023, conforme dados do Censo Escolar, havia, no Brasil, 51.856 escolas públicas localizadas em área rural. No Piauí, de um total de 4.154 escolas públicas, 1.750 estavam localizadas no campo. Nessas escolas, as matrículas estavam mais concentradas nos anos iniciais do ensino fundamental, sendo de 60.207 e possuíam um quantitativo de 4.751 professores atuando.

Dessa forma, é necessário investir em políticas públicas específicas que contribuam para a oferta de educação do e no campo, cumprindo os requisitos legais das Diretrizes Complementares (2008), mais precisamente de seu Art. 3º, que define: “A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (Brasil, 2008).

Contudo, tem-se observado que a municipalização do ensino fundamental representou ônus para as prefeituras, dificultando a oferta de vagas e a manutenção de escolas no meio rural, tendo em vista que a maioria dessas escolas possui um número reduzido de matrículas, fato que dificulta o financiamento nesse âmbito. A ausência de políticas públicas específicas para esta área vem ocasionando a diminuição no número de escolas rurais e, consequentemente, nos quantitativos de matrículas ao longo dos anos, sobretudo na esfera municipal, conforme registrado nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Total de escolas rurais públicas de educação básica, por competência administrativa – Brasil e Piauí (2018 – 2023)

Ano	Brasil			Piauí		
	Total	Municipal	Estadual	Total	Municipal	Estadual
2018	56.954	51.519	5.343	2.261	2.190	68
2019	54.600	49.267	5.333	2.055	1.988	67
2020	53.659	48.407	5.252	1.967	1.900	67
2021	52.821	47.628	5.193	1.887	1.820	67
2022	51.992	46.786	5.206	1.827	1.760	67
2023	51.083	45.788	5.295	1.747	1.681	66

Fonte: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Quadro 2 - Total de matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas rurais públicas de educação básica – Brasil e Piauí (2018 – 2022)

Ano	Brasil	Piauí
2018	2.271.786	78.844
2019	2.170.918	73.476
2020	2.080.586	68.918
2021	2.037.573	67.199
2022	1.980.160	63.204
2023	1.916.684	60.207

Fonte: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

Analizando ambos os quadros, é notória a redução no número de escolas e, consequentemente, de matrículas, no meio rural, seja em âmbito nacional seja em termos estaduais. Resumidamente, comparando os dados de 2018 e 2023 constantes no Quadro 2, constata-se que, nos anos iniciais do ensino fundamental, a diminuição do número de crianças atendidas em escolas do campo é significativo: 355.102 no Brasil e 18.637 no Piauí. Embora isso venha acontecendo em toda a educação básica, urbana e rural, devido à redução da taxa de natalidade no Brasil, no meio rural a diminuição do número de matrículas é mais acentuada.

Entre as razões apontadas pelos gestores educacionais para o fechamento das escolas multisseriadas situadas no campo, encontra-se a ausência de políticas de formação continuada para professores que atuam em classes multisseriadas, fato que contribui para os baixos índices de aprendizagem nessas turmas.

Reconhece-se que as escolas multisseriadas e unidocentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam historicamente um quadro da atendimento precário por parte do Estado e de gestão deficitária, bem como, de esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior, por essa razão têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade, conforme dados da pesquisa do INEP/MEC (2006):

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infra-estrutura básica — material e de recursos humanos — que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no

caso das séries iniciais do ensino fundamental.

Ao analisar o resultado dessa pesquisa, é possível afirmar que o Programa Escola da Terra configura-se, nesse ínterim, como uma relevante estratégia de investimento na formação continuada dos professores e consequente melhoria do processo de aprendizagem dos estudantes que são atendidos nessas turmas multisseriadas, tendo em vista contemplar as especificidades da educação do campo, que defende o acesso de todos os estudantes ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, à ciência, à tecnologia, às artes. Dessa forma, a formação continuada de professores deve pautar-se no estímulo à capacidade de criação, possibilitando ao educador constituir-se enquanto ser social responsável, capaz de autoformar-se, de refletir sobre a sua prática, cooperar e relacionar-se éticamente.

O Programa Escola da Terra, como ação dentro do PRONACAMPO, foi lançado pelo Governo Federal através da Portaria n. 86/2013, buscando promover o acesso, a permanência e a melhoria das condições de aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades, dirigindo sua atuação às classes multisseriadas que atendem alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Como objetivos, o Programa Escola da Terra define: I - promover a formação continuada específica de professores para que atendam às necessidades defuncionamento das escolas do campo e das localizadas em comunidades quilombolas; II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, tendo, em seu bojo, quatro componentes: I - formação continuada de professores; II - materiais didáticos e pedagógicos; III - monitoramento e avaliação e IV - gestão, controle e mobilização social.

O referido Programa, ao estabelecer parcerias com diferentes entes federados e instituições formadoras, possibilita um alcance maior às turmas multisseriadas, e contribui de forma mais efetiva para um processo formativo consistente e situado dentro das diversas realidades. Dentre essas parcerias, a articulação entre Secadi/MEC e a Universidade, no nosso contexto específico, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), é um processo que permite uma formação teórico-prática sólida dos professores cursistas, na medida em que a Universidade acumula experiências exitosas tanto em relação à formação inicial e continuada de professores, de um modo geral, quanto em relação à formação voltada para o campo, a partir da implementação de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo em quatro *campi*, o que lhe possibilita uma relação estreita e cotidiana com as comunidades e populações campesinas.

Além disso, a UFPI, com o apoio financeiro do MEC, e em parceria com a Secretaria Estadual da Educação (Seduc/PI) e Secretarias de Educação de municípios piauienses, implementou, no estado do Piauí, três edições do Programa Escola da Terra, em nível de aperfeiçoamento, nos períodos 2017/2018 (Território Entre Rios), 2020/2021 (Território dos Cocais), 2023/2024 (Território dos Cocais), com o objetivo de aperfeiçoar a prática docente de professores que atuam em classes multisseriadas em escolas do campo. As avaliações do Programa executado revelam importantes contribuições da formação continuada para o aprimoramento de tais práticas e para a materialização de princípios da Educação do Campo.

Para esta quarta edição, foi realizado levantamento de dados sobre os territórios piauienses que apresentam quantidades consideráveis de escolas localizadas no meio rural e, consequentemente, de classes multisseriadas. Os resultados evidenciam que o Território da

Planície Litorânea apresenta grande demanda de formação no viés abordado pelo Escola da Terra, como pode ser constatado pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Quantitativos de escolas e matrículas em área rural, por município (Território Planície Litorânea)

MUNICÍPIOS	ESCOLAS	MATRÍCULAS
Cocal dos Alves	06	289
Bom Princípio do Piauí	13	292
Ilha Grande	03	321
Caxingó	10	506
Caraúbas do Piauí	05	536
Murici dos Portelas	08	561
Cajueiro da Praia	05	771
Parnaíba	17	1.024
Buriti dos Lopes	13	1.297
Cocal	18	2.030
Luís Correia	38	2.142
TOTAL	136	9.769

Fonte: Censo Escolar (2023)

Assim, além de uma grande demanda de formação continuada para professores que atuam em escolas do campo, há condições reais de se implementar um processo formativo condizente com os anseios e necessidades desses professores, tendo em vista a experiência formativa da UFPI articulada à disponibilização de recursos materiais e financeiros da Secadi/MEC.

III. OBJETIVOS

- Ofertar curso de aperfeiçoamento de 180 horas em regime presencial/alternância, para 120 professores e coordenadores pedagógicos da rede municipal, que atuam em classes multisseriadas de escolas do campo no estado do Piauí;
- Possibilitar suporte aos professores para a organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas no campo;
- Delimitar problemáticas significativas da metodologia do ensino nas classes multisseriadas e apresentar proposições ao trabalho docente e à aprendizagem dos alunos;
- Contribuir para o fortalecimento da escola do campo como espaço de apropriação do conhecimento historicamente produzido;
- Promover o desenvolvimento técnico e político para a gestão, planejamento, execução e avaliação de processos pedagógicos próprios para a educação do campo;
- Promover a formação docente com visão ampliada de mundo, da sociedade brasileira, dos processos sociais contemporâneos e a compreensão do campo, com sua história, seus valores, sua cultura, seus saberes, sujeitos e determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos;
- Contribuir para o desenvolvimento de experiências pedagógicas voltadas para a produção de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo;
- Sistematizar e produzir materiais didáticos para as escolas do campo, que possibilitem o apoio pedagógico às atividades docentes, facilitando aos educandos o acesso ao conhecimento sistematizado.

IV. BENEFICIÁRIOS

O curso destina-se a 120 cursistas, professores e coordenadores pedagógicos vinculados a redes de ensino de municípios piauienses, que atuam em classes multisseriadas no campo voltadas para os anos iniciais do ensino fundamental.

Poderão participar os professores e coordenadores predagógicos cujos municípios aderirem à ação Escola da Terra, do Ministério da Educação.

V. DESENVOLVIMENTO

Estrutura Curricular

A linha formativa a ser contemplada na formação será **Currículo e prática pedagógica nas escolas multisseriadas**, cuja ementa é: Constituição histórica e dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo. Políticas Educacionais e Marco Normativo da Educação do Campo. O tempo-espacó e a lógica da homogeneidade versus heterogeneidade na escola. Organização do trabalho pedagógico nas escolas/turmas multisseriada Gestão escolar, currículo e organização do trabalho pedagógico no contexto das classes multisseriadas. Ensino e aprendizagem nas classes multisseriadas do campo: currículo e interdisciplinaridade. Práticas Pedagógicas nas turmas multisseriadas. Seminário de socialização dos trabalhos.

A estrutura curricular do curso reconhece os educadores cursistas como sujeitos ativos em seu processo formativo. Para tal, a fundamentação de proposta metodológica ancorar-se-á na Pedagogia da Alternância e nos pressupostos da Educação do Campo, com as especificidades do conhecimento, que serão trabalhados durante os cinco módulos e os dois Seminários Temáticos.

Como princípios educacionais, levar-se-á em consideração a organização dos componentes curriculares por área de conhecimento, trabalhando com enfoque especial os conteúdos formativos socialmente relevantes, por meio da Pedagogia da Alternância, tendo em vista que segundo Gadotti (2003, p. 69, p. 48), neste tipo de organização metodológica, “é o sujeito que aprende através da experiência. Não é um coletivo que aprende. Mas é no coletivo que se aprende. Eu dialogo com a realidade, com os autores, com meus pares, com a diferença”.

A Pedagogia da Alternância não é só um procedimento das ações pedagógicas, pois tem a intencionalidade de valorizar no processo educativo as manifestações sociais, principalmente as reivindicações de direitos da comunidade, como é o caso da educação dentro das expectativas da Educação do Campo. A Pedagogia da Alternância trabalha em dois momentos: *tempo-universidade* e *tempo-comunidade*.

Durante o tempo-universidade, os educadores cursistas participarão de momentos de discussão com base em referencial teórico que contemple as especificidades da educação do campo, das classes multisseriadas e o trabalho com as diversas áreas do conhecimento, bem como desenvolverão, com orientação dos professores formadores/pesquisadores, oficinas de planejamento do trabalho pedagógico e elaboração de materiais didáticos/pedagógicos para a potencialização desse trabalho.

A partir desses estudos e oficinas desenvolvidos no tempo- universidade, serão elaboradas, no coletivo, atividades a serem implementadas no tempo-comunidade, sob orientação do Professor Formador e Supervisor de Curso, e no espaço profissional dos educadores cursistas. O tempo-

universidade seguinte será, também, um momento de sistematização, síntese e consolidação do que foi desenvolvido no tempo-comunidade.

Metodologia

O curso, definido como de Aperfeiçoamento, terá duração de 180 horas/aula presenciais, divididas em cinco módulos (componentes curriculares), sendo cada módulo ministrado em 30 horas/aula, divididas em 20 horas/aula (cada), nos dias de sexta-feira e sábado, para o tempo-universidade e 10 horas/aula para o tempo- comunidade/alternância. As 20 horas/aulas presenciais restantes serão complementadas por dois Seminários Temáticos, a serem realizados no início e final do Curso, com carga horária de 10 horas/aulas, cada um.

O material didático específico para cada módulo contemplará conhecimentos formativos em relação à organização do trabalho pedagógico em classes multisseriadas, com temáticas voltadas à avaliação, ao planejamento, à alfabetização e letramento, e às áreas do conhecimento.

Os conteúdos dos cinco primeiros módulos, tanto no que diz respeito ao tempo-universidade (5 tempos de 20 h/a cada) quanto ao tempo-comunidade/alternância (5 tempos de 10 h/a cada) serão desenvolvidos de forma integrada e contextualizada. Antes do início do curso para os cursistas, os professores formadores e os Tutores serão reunidos para esclarecimentos acerca da metodologia do Curso e do material didático a ser utilizado nas formações.

O primeiro Seminário Temático (Abertura) será desenvolvido com o intuito de acolher os participantes e inseri-los em discussões sobre aspectos históricos e políticos da Educação do Campo. Além disso, serão apresentados a metodologia da formação e os conteúdos os módulos. O segundo Seminário Temático (Encerramento) será realizado na forma de exposição de trabalhos e experiências em que os cursistas apresentarão projetos de intervenção local com ênfase na prática pedagógica. Nessa ocasião, os cursistas serão distribuídos em grupos de trabalhos temáticos. Os Seminários contarão com a presença de professores pesquisadores convidados que desenvolvem seus estudos em educação e, em especial, na educação do campo.

A infraestrutura ficará sob a responsabilidade da Universidade Federal do Piauí, conforme termo de pactuação entre o MEC e esta instituição. A ideia é constituir dois polos para as formações do tempo-universidade, localizados em dois municípios que sejam centrais, de modo a atender satisfatoriamente os outros municípios beneficiários. Esses municípios deverão possuir a infraestrutura necessária para a realização dos encontros de tempo- universidade.

O curso será ofertado, de forma sucessiva, para 03 turmas de 40 cursistas, cada uma. Foi utilizado como critério para escolha dos municípios, o atendimento a uma mesma região do Estado que aglomerasse municípios com uma rede de escolas públicas rurais, e que nessas escolas estivessem organizadas classes multisseriadas.

O deslocamento e alojamento dos cursistas durante as atividades pedagógicas de formação do tempo-universidade, serão de responsabilidade das instituições parceiras do convênio do projeto. A UFPI, na gestão dos recursos financeiros disponibilizados pelo MEC, será responsável pela alimentação dos cursistas, descolamento e estadia dos seus formadores e convidados, além do material didático pedagógico confeccionado, disponibilizando, também, outros recursos pedagógicos para realização dos estudos nos tempo-universidade e tempo-comunidade.

Avaliação

A avaliação das ações do Programa será realizada ao longo de todo o processo formativo, de forma integrada, com vistas a subsidiar as decisões da equipe do Programa e fornecer dados para a construção do relatório final, conforme especificado a seguir:

1. Reuniões: serão realizadas sistematicamente, objetivando promover uma maior articulação entre a equipe responsável pela formação;
2. Visitas: são executadas sistematicamente com vistas a conhecer, *in loco*, as contribuições da formação para a ressignificação da prática educativa.

O processo avaliativo do Curso incluirá, ainda, a adoção de um instrumento a ser elaborado pelos professores formadores, com questões referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura, conteúdo, coordenação e participação do processo formativo de todos os envolvidos no curso.

Este instrumento será aplicado após a realização de cada um dos módulos, pois se entende que a avaliação representa responsabilidade coletiva e particular, tendo como eixo a autoavaliação para a superação das falhas e para novas aprendizagens.

Os cursistas também produzirão um relato de experiência sobre as contribuições do Programa Escola da Terra para a ressignificação da prática educativa.

Equipe de desenvolvimento

Os profissionais que compõem a equipe de desenvolvimento da formação no âmbito da Universidade Federal do Piauí têm experiência comprovada na educação básica, bem como com processos de formação de professores no ensino superior, seja na formação inicial seja na continuada. Além disso, todos estão imersos em estudos, pesquisas e práticas docentes em Educação do Campo.

No Quadro 4 estão especificados nomes de alguns profissionais, função que exercerão, titulação e atribuições inerentes a cada função, bem como o período de atuação de cada um.

Quadro 4 – Equipe de desenvolvimento da formação no âmbito da UFPI

NOME/FUNÇÃO	TITULAÇÃO	MESES DE ATIVIDADES	ATRIBUIÇÕES
Coordenadora do Curso			
Keylla Rejane Almeida Melo - CPF: 623.781.043-91 Telefone: (86) 99998-2389 E-mail: keyllamelo@ufpi.edu.br Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/3849744718377291	Doutora	09	Responsável por toda a atividade pedagógica e atividades da equipe de formação.
Supervisora			
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha CPF: 879.560.473-15 Telefone: (86) 99971-5995 E-mail: djaniralopes@hotmail.com Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/5480242949252349	Doutora	09	Responsável pela logística, acompanhamento e monitoramento do Programa.

Formadora	Maria de Jesus dos Santos CPF: 35108762372 Telefone: (86) 99598-3993 E-mail: professoramjs@gmail.com Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/3726346205353421	Doutora	09	Responsável por fazer a articulação entre os tutores e a equipe pedagógica da UFPI, inclusive, formando continuamente os tutores.
Professor Pesquisador Formador				
Luiz Jesus Santos Bonfim CPF: 713.664.403-82 Telefone: (86) 99904-2040 E-mail: luijbonfim@yahoo.com.br Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/3151855053763365	Doutor			
Wirla Risany Lima Carvalho CPF: 742.470.183-53 Telefone: (86) 99805-5460 E-mail: wirlar@gmail.com Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/7405631823456608	Doutora		07	Responsáveis pela Formação dos professores cursistas.
Pedro Pereira dos Santos CPF: 645.236.401-49 Telefone: (86) 99902-8939 E-mail: pedrosantos@ufpi.edu.br Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/2048494121909108	Doutor			
Disnah Barroso Rodrigues CPF: 373.363.803-44 Telefone: (86) 99906-0859 E-mail: disnahbarroso@hotmail.com Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/5978224883509031	Doutora			
Michelli Ferreira dos Santos CPF: 937.745.163-91 Telefone: 86 99950-3199 E-mail: michelliferreira@ufpi.edu.br Link do lattes: http://lattes.cnpq.br/9639689864347507	Doutora			

VI. CRONOGRAMA

Atividades/Subatividades	Período / mês
1. Planejamento	
1.1. Elaboração do projeto do curso	Jan./2025
1.2. Definição da coordenação do curso, equipe técnico-pedagógica, administrativa e tecnológica	Jan./2025

1.3. Tramitação e aprovação do projeto do curso	Jan. e Fev./2025
2. Preparação	
2.1. Articulação de parcerias (Secretaria Estadual de Educação do Piauí - Seduc/PI e Secretarias Municipais de Educação)	Mar./2025
2.2 Atualização de material didático	Jan. e Mar./2025
2.3. Seleção de cursistas e tutores	Mar./2025
2.4 Inserção de cursistas no SISFOR	Mar./2025
3. Desenvolvimento	
3.1. Seminário Temático de Abertura	Abr./2025
3.2. Desenvolvimento do Curso: Tempo Universidade (Encontros presenciais) e Tempo Comunidade	Mai..a Dez./2025
3.3. Seminário Temático de Encerramento	Dez../2025
3.4. Monitoramento e avaliação de trabalho/atividades de intervenção pedagógicas suscitadas no último seminário	Dez./2025
4. Finalização	
4.1 Relatório final e parecer de cumprimento do objeto	Jan./2026

VII. CERTIFICAÇÃO

A Universidade Federal do Piauí certificará como tendo concluído o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, de 180 horas, o cursista que, a contento, concluir o curso, em conformidade com as normas da UFPI.

VIII. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CUSTEIO DO CURSO

DETALHAMENTO E JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DE CUSTEIO

RECEITAS				
1	Item	Quantidade	Valor unitário	Valor (R\$)
	Receita	120	1.200,00	144.000,00
	Total			144.000,00
DESPESAS				
1	Diárias (33.90.14)			
	Item	Quantidade	Valor unitário	Total
1.1	Diárias	175	335,00	58.625,00
			Subtotal	58.625,00
2	Passagens e despesas com locomoção (33.90.33)			
	Item	Quantidade	Valor unitário	Total
2.1	Passagens aéreas	4	2.500,00	10.000,00
			Subtotal	10.000,00
3	Material de consumo (33.90.30)			
	Item	Quantidade	Valor unitário	Total
3.1	Kit de Material de consumo	1	5.000,00	5.000,00
3.2	Alimentação para os cursistas durante o Tempo Universidade	1440	22,00	31.680,00
			Subtotal	36.680,00
4	Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica (33.90.39)			
	Item	Quantidade	Valor unitário	Total
4.1	Locação de veículo para deslocamento da equipe formadora	1	14.545,00	14.545,00
4.2	Serviços gráficos para produção dos módulos	650	15,00	9.750,00
4.3	Despesas Orçamentárias Administrativas - Fadex	1	14.400,00	14.400,00
			Subtotal	38.695,00
			DESPESAS TOTAIS DO PROJETO	144.000,00

JUSTIFICATIVA DAS DESPESAS DO QUADRO ANTERIOR

ORD.	ITEM	JUSTIFICATIVA
1	1.1 Diárias	Pagamento de diárias para custeio pessoal de despesas com alimentação e hospedagem para deslocamento da equipe formadora no desenvolvimento das atividades pedagógicas no Tempo Universidade, pois os polos onde ocorrerão a formação serão fora da capital Teresina, além do acompanhamento do Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas e seminários, e diárias para convidados e/ou palestrantes para os seminários de abertura e encerramento do Curso.
2	2.1 Passagens aéreas	Aquisição de passagens aéreas para a coordenadora do curso participar de reuniões nacionais e para convidados e/ou palestrantes para os seminários de abertura e encerramento.
3	3.1 Aquisição de material de consumo	Custeio de material de apoio didático para as atividades administrativas e pedagógicas. Aquisição de combustível para deslocamento da equipe formadora e de cursistas durante atividades do Curso. Custeio de alimentação dos cursistas (120 participantes) durante atividades

		do Curso.
4	4.1 Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	Locação de veículo para deslocamento da equipe formadora no desenvolvimento das atividades pedagógicas no Tempo Universidade e acompanhamento do Tempo Escola/Comunidade, participação em reuniões técnico-pedagógicas e seminários. Contratação de serviços gráficos para diagramação e impressão de materiais didáticos de apoio às disciplinas destinados aos cursistas. Despesas Orçamentárias Administrativas com a Fundação que fará a execução financeira.

IX - REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/ FNDE. **Resolução nº 2**, de 28 de abril de 2008. Institui as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. **Portaria n. 579/2013**. Institui a Escola da Terra. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institu_escola_da_terra.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

HAGE, Salomão M. (Org). **Educação do Campo na Amazônia**: retratos das escolas multisseriadas no estado do Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2003.

NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, abr/2001. p. 27-42.

XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, M. L. I. S. A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas: na contramão da legislação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 50 (especial), p. 90-98, maio. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os itens serão adquiridos, bem como os serviços a serem prestados seguirão o disposto na Lei n.º 8.666/93, no qual institui normas para licitação e contratos da Administração Pública.

Profa. Dra. Keylla Rejane Almeida Melo
Coordenadora do Projeto